



DIÁRIO OFICIAL

CAMARAGIBE

ESTADO DE PERNAMBUCO

INSTITUÍDO PELA LEI Nº 828 DE 26 DE AGOSTO DE 2020

ANO II – Nº e-DOM 448 – CAMARAGIBE, PE, 21 de novembro de 2022

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA TOMADA DE PREÇO Nº 08/2022; PL Nº 091/2022
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 21/11/2022

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA TOMADA DE PREÇO Nº 08/2022; PL Nº 091/2022

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro de 2022, às 10h, em razão da reconhecida pandemia da COVID-19 e em atendimento às recomendações dos profissionais da saúde e Decreto Municipal nº23/2020, as sessões presenciais deste certame ocorrerão por videoconferência, realizadas através do software ZOOM MEETING, e transmitida em tempo real via Youtube pelo canal oficial da Prefeitura, na Sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE, localizada à Av. Belmino Correia, 3038 – 1º andar – Timbi - Camaragibe – PE; CEP: 54768-000, reuniram-se, em sessão pública, a Comissão Permanente de Licitação, **PEDRO EMANUEL SILVA (Presidente)**, **ADRIANA RODRIGUES DA SILVA** e **DEMÉTRIO SILVA DE CARVALHO** (Membros), designados respectivamente pela Portaria nº. 01 de 03 de janeiro de 2022, objetivando conduzir a sessão da **Processo Administrativo nº 107/2022, Processo Licitatório nº 91/2022, sob a modalidade/Nº/Ano: Tomada de Preços nº 08/2022**, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE BINÁRIO DA RUA MONTE CARLOS, INICIANDO NA CONFLUÊNCIA COM A RUA GUANABARA E CONFLUÊNCIA FINAL NA RUA CEARÁ, BAIRRO DE ALBERTO MAIA, CAMARAGIBE/PE. A Comissão declarou aberta a sessão, onde participaram as empresas credenciadas: **A) T&D SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI (CNPJ 17.393.791/0001-60); B) AJP ENGENHARIA LTDA (CNPJ 08.978.001/0001-17); C) PTG SERVIÇOS CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA (CNPJ 12.229.586/0001-40)**. As empresas participantes deixaram os envelopes nº 1 (Credenciamento), nº 2 (Documentos de Habilitação), nº 3 (Proposta de Preços) . O representante da empresa, o Sr. Renato Silveira de Sena, solicitou link de acesso e participou da sessão via Reunião/Videoconferência. Em ato contínuo foram abertos os envelopes nº 01 (Credenciamento) e nº 2 (Documentos de Habilitação). **A) T&D SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI (CNPJ 17.393.791/0001-60)** apresentou Documentos de Habilitação com **com 162 laudas; B) AJP ENGENHARIA LTDA (CNPJ 08.978.001/0001-17)** apresentou Documentos de Habilitação com **com 54 laudas; C) PTG SERVIÇOS CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA (CNPJ 12.229.586/0001-40)** apresentou Documentos de Habilitação com **com 146 laudas. FICANDO SUSPensa** a Sessão para encaminhar a Documentação das empresas participantes ao Setor de Engenharia da Prefeitura para análise da Qualificação Técnica. O Resultado da fase de habilitação será publicado no Diário Oficial do Município (EDOM), bem como marcado data para retomada deste certame. Os arquivos referentes à sessão pública de videoconferência serão salvos em meio eletrônico, de modo a possibilitar o total acesso e manifestação dos interessados, no Portal da Transparência da Prefeitura, momento em que, inclusive, começará a fluir o prazo de eventual recurso. Os envelopes de Proposta de Preço das licitantes permanecerão lacradas e rubricados sob poder desta Comissão. Foi, então, encerrada a sessão, lavrada a ata que, depois de lida e achada conforme vai assinada pela Comissão Permanente de Licitação.

PEDRO EMANUEL SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

entrega dos produtos;

2.5 A CONTRATADA deverá apresentar, no ato de solicitação do pagamento, a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto e quantidade discriminada e acompanhada das vias das Ordens de Abastecimento citadas no subitem 4.4.1 deste instrumento;

2.6 Será adotado, para efeito de abastecimento e fechamento da fatura o período de 30 (trinta) dias, devendo a CONTRATADA entregar o documento de cobrança até o 5º (quinto) dia útil da semana subsequente, acompanhado da demonstração do Preço Médio Semanal praticado em Pernambuco, pela ANP, referente ao período apurado;

2.7 O preço que efetivamente será pago por litro de combustível será o resultado obtido a partir do valor médio semanal praticado em Pernambuco diminuído do valor correspondente ao percentual de desconto apurado no certame licitatório;

2.8 Em caso de o valor repassado aos consumidores na data da apuração do preço para emissão da Nota Fiscal estiver abaixo do apurado através da tabela ANP, deverá ser considerado o desconto ao valor repassado aos consumidores ao combustível (valor da bomba de combustível);

2.9 Caso haja impossibilidade técnica ou indisponibilidade de acesso à página eletrônica da ANP, a CONTRATADA deverá faturar o período de consumo levando em consideração o último Preço Médio Semanal apurado;

2.10 O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos;

2.11 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN nº 480/04, alterada pela IN nº 706/07, ambas da Secretaria da Receita Federal. Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar à Prefeitura Municipal de Camaragibe qualquer alteração posterior na situação declarada;

2.12 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas corretivas necessárias, não ocorrendo qualquer ônus para o CONTRATANTE;

2.13 Se por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento;

2.14 Caso a CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no subitem 2.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcional aos dias de atraso;

2.15 Caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva da CONTRATADA, não caberá pagamento de atualização financeira;

2.16 Sobre o preço contratado do combustível, admitir-se-á reajustes no mesmo índice aprovado pela ANP, uma vez que a composição de custo do combustível leva em conta outros fatores além da margem de lucro do distribuidor, mantendo-se, no entanto, o desconto referido no subitem 5.2.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes da contratação da empresa de prestação de serviços correrão por conta das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais, exercício 2022, nos seguintes elementos de despesa:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

Secretaria de Administração: 20.17.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

Secretaria de Assistência Social: 20.22.08.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

Secretaria de Educação: 20.24.12.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

Secretaria de Defesa Civil: 20.21.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

Secretaria de Infraestrutura: 20.25.15.122.1050.2004.0000.3.3.90.39.00

Secretaria de Desenvolvimento Econômico: 20.20.19.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

Secretaria de Esportes: 20.19.27.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

Secretaria de Finanças: 20.18.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

Secretaria de Segurança Pública: 20.26.15.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

Gabinete da Prefeita: 20.11.04.122.1001.2004.0000.3.3.90.39.00

Secretaria de Governo: 20.15.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Orçamento Participativo: 20.16.04.122.1002.2004.0000.3.3.90.39.00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.1070.2266.3.3.90.30.00

FUNDAÇÃO DE CULTURA

13.122.1002.1003.30.01

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

4.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade de cada órgão, a partir da assinatura do instrumento de contrato, conforme o caso, pelo posto contratado, obedecendo às normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP, não se admitindo recusa da parte deste posto, em decorrência de sobrecarga na sua capacidade técnica;

4.2. Os produtos serão requisitados de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas secretarias e seus fundos municipais, e deverão ser entregues na sede deste município;

4.2.1 A contratação deverá ser feita com empresa que possua posto de combustíveis localizado em um raio de até 5 (cinco) quilômetros do edifício-sede da Prefeitura Municipal de Camaragibe, localizado à Av. Doutor Belmino Correria, 3038, CEP 54.768-000, nesta cidade;

4.3. O fornecimento do combustível ocorrerá em horário comercial, de segunda a sexta-feira e, excepcionalmente, aos sábados e domingos e feriados, a critério da administração, em virtude da necessidade de serviço;

4.4. O abastecimento de combustíveis se dará por meio de cartão magnético emitido pela CONTRATADA;

4.4.1 A emissão do cartão magnético deverá ser expressamente autorizada pela respectiva Unidade Administrativa (Prefeitura Municipal de Camaragibe, suas Secretarias, Fundação de Cultura e os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social), através de Ordem de Abastecimento impressa em 02 (duas) vias que comprovem a autorização da emissão com a indicação do nome e sobrenome do motorista autorizado, a quantidade e o tipo de combustível, o número da placa do veículo e do patrimônio, a indicação do Setor a que o veículo está a serviço;

4.5 O controle de abastecimento será efetuado com base nos relatórios devidamente emitidos após cada abastecimento, devendo conter os seguintes requisitos: a data e a hora do abastecimento, identificação do posto, o tipo de combustível, o volume abastecido, preço total em reais, bem como as placas do veículo, a quilometragem apontada em seu odômetro, a identificação e assinatura do condutor e autorização do setor competente, sendo que uma via ficará em poder da empresa e a outra via deverá ser entregue à Unidade Administrativa;

4.6 A empresa deverá oferecer e utilizar os recursos e meios necessários e suficientes para a supervisão e fiscalização da regularidade e correção dos abastecimentos e fornecimento de produto, em especial, assegurando que todo combustível registrado pela bomba seja realmente abastecido no veículo indicado, que não sejam abastecidos veículos oficiais que não estejam relacionados na frota das unidades administrativas relacionadas ou expressamente autorizados pelo setor responsável, que os veículos relacionados só sejam abastecidos com o combustível para o qual está autorizado;

4.7. Os combustíveis deverão obedecer às exigências legais, normas do fabricante, padrões de qualidade e especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional de Petróleo – ANP e demais legislações correlatas;

4.8. A qualidade dos combustíveis fornecidos é de inteira responsabilidade da empresa contratada;

4.9. A fiscalização e aceitação do Objeto será do órgão responsável pelos atos de controle e administração do contrato decorrente desta licitação, através de servidores de cada Unidade Administrativa, designados mediante Portaria, na forma prevista na Orientação Técnica nº 003/2019 da Controladoria Geral do Município de Camaragibe;

4.10. No caso de fornecimento de combustível para transporte em recipientes, destinado ao abastecimento dos equipamentos à gasolina (roçadeiras, motosserra etc.), os recipientes deverão estar em conformidade com o item 5.3 da ABNT NBR15594-1:2008.

4.10.1. Os recipientes não metálicos devem ter capacidade máxima de 20 litros e atender aos regulamentos municipais, estaduais ou federais aplicáveis;

4.10.2. As embalagens devem ser abastecidas até 95% de sua capacidade nominal para permitir a expansão por dilatação do combustível, evitando o transbordamento, e mantendo o contato entre o bico e o bocal do recipiente para permitir o escoamento da eletricidade estática.

4.10.3. Havendo o fornecimento de combustível na forma do caput deste subitem, a Ordem de Abastecimento citada no subitem 4.4.1 deve especificar a que equipamento está destinado.

4.11 **O fornecimento será gerenciado através de sistema eletrônico**, de acordo com o que está descrito no item 10.26 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO DESCONTO NO PREÇO DO COMBUSTÍVEL

5.1 A classificação e adjudicação do objeto do Pregão serão feitas pelo **critério de MAIOR DESCONTO (EM PERCENTUAL)** a ser aplicado sobre o preço unitário/litro do combustível, que corresponderá ao menor preço obtido no pregão;

5.2 O percentual oferecido nas propostas servirá de referência para obtenção do preço a ser pago pelo litro do combustível, conforme referência do item 3.3 do Termo de Referência;

5.3 O percentual incidirá sobre o preço do combustível, neste incluídos todos os custos necessários para o fornecimento do objeto da contratação, inclusive impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado;

5.4 O índice de percentual fixado para cada combustível **vigora ao longo de todo o período contratual**, sendo fixo e irrevogável;

5.5 O critério para julgamento será o de maior percentual de desconto por item incidente sobre o valor médio semanal divulgado pela Agência Nacional de Petróleo – ANP para o estado de Pernambuco;

5.6 Será considerado o preço médio obtido no “site” da ANP – Agência Nacional de Petróleo para o estado de Pernambuco, considerando a semana anterior à data designada para a realização do Pregão, sendo este o **PREÇO MÉDIO AO CONSUMIDOR**;

5.7 A redução obtida através de percentual de desconto (com até duas casas decimais) aplicado sobre o preço do combustível vigora durante o período do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1 Serão considerados os preços dos combustíveis da semana anterior com o desconto ofertado, para o abastecimento da semana atual;

6.2 Em caso de o valor repassado aos consumidores na data da apuração do preço para emissão da Nota Fiscal estiver abaixo do apurado através da tabela ANP, **deverá ser considerado o desconto ao valor repassado aos consumidores ao combustível** (valor da bomba de combustível).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

7.1 Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada quaisquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea d, e §5º da Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892/13, Lei Federal nº 8.230/14, Decreto Municipal nº 10.17, Ata de Registro de Preço nº 40/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO PRODUTO

8.1. Os combustíveis fornecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

8.2. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos combustíveis e arcar com qualquer prejuízo à CONTRATANTE decorrente de sua utilização.

8.3. O posto revendedor é obrigado a realizar análises dos produtos em comercialização sempre que solicitadas pelo CONTRATANTE. Para isso, o posto revendedor deve manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Art. 8º da Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007).

8.4. Os procedimentos detalhados para a realização dos testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP.

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. O contrato terá vigência a partir de sua assinatura, compreendendo o período de 12 (doze) meses, e a sua execução com início em 11 de novembro de 2022 e término em 11 de novembro de 2023;

9.2 A duração do presente fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários assim como dispõe o caput do art. 57 da Lei nº 8666/1993, tendo em vista a natureza de material de consumo do objeto que, por tal motivo, não pode ser enquadrado nas hipóteses de prorrogação previstas nos incisos do art. 57 da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Possuir instalações com infraestrutura mínima e pessoal qualificado para a distribuição e abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à Prefeitura Municipal de Camaragibe.

10.2. Realizar o abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Camaragibe de acordo com as Normas Técnicas e obrigações constantes deste termo, podendo a Prefeitura Municipal de Camaragibe solicitar resultado de análise de amostras dos combustíveis, ou ainda, requerer amostras para efetuar análise de qualidade dos combustíveis para certificação de que os mesmos se encontram de acordo com as Normas da ABNT e ANP.

10.3. Disponibilizar todos os dados necessários ao preenchimento da requisição de combustível apresentada pelo condutor e assinar a requisição após concluído o abastecimento.

10.4. Abastecer, somente e exclusivamente, os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Camaragibe, constantes na relação de veículos fornecida pela Prefeitura.

10.5. Realizar o abastecimento dos veículos da Prefeitura Municipal de Camaragibe por meio de funcionários treinados e qualificados para tal.

10.6. Verificar sempre se o veículo a ser abastecido consta da relação fornecida pela Prefeitura Municipal de Camaragibe.

10.7. Garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, que deverão obedecer às especificações determinadas pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, bem como efetuar, às suas expensas, a substituição imediata de qualquer produto, comprovadamente, adulterado e/ou contaminado.

10.8. Fornecer, quando solicitado, no decorrer da vigência contratual, cópia autenticada do Teste de Estanqueidade (Certificado de Estanqueidade do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível) com validade no presente exercício.

- 10.9. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- 10.10. Responder integralmente pelas obrigações contratuais de acordo com a legislação em vigor e, em qualquer hipótese, pelas reclamações trabalhistas que porventura sejam ajuizadas pelos empregados da CONTRATADA contra a contratante relativamente à execução do objeto.
- 10.11. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
- 10.12. Providenciar afastamento imediato, das dependências da sede da CONTRATANTE, de qualquer empregado cuja permanência seja por ela considerada inconveniente.
- 10.13. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 10.14. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 10.15. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas.
- 10.16. Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos serviços a ele inerentes.
- 10.17. Realizar os serviços com pessoal, seus empregados, devidamente capacitados e registrados segundo as normas da Lei ou terceiros devidamente contratados e habilitados pela CONTRATADA.
- 10.18. Manter equipe técnica para a prestação dos serviços, assistência técnica e manutenção, durante o prazo de execução dos serviços.
- 10.19. Cumprir os serviços conforme disposições deste termo e do contrato.
- 10.20. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do objeto previsto neste termo e no futuro instrumento de contrato.
- 10.21. Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante.
- 10.22. Após a entrega da requisição autorizando o abastecimento, a empresa contratada deverá procedê-lo imediatamente.
- 10.23. O descumprimento, injustificado do prazo fixado, no item anterior para execução dos serviços e ou entrega de mercadorias e bens acarretará em multa pecuniária diária, nos termos do Edital e Contrato a ser firmado, ficando o Contratado sujeito às penalidades previstas na Lei 8.666/93.
- 10.24. Deverá ser apresentada a seguinte qualificação técnica - Registro da empresa na ANP (Agência Nacional de Petróleo).
- 10.25. Fornecer o objeto por meio da utilização de cartão magnético ou, excepcionalmente, mediante documento de "requisição de fornecimento";

10.26. Fornecer sistema de gerenciamento eletrônico com disponibilização de sistema de dados via internet, com acesso por login e senha, possibilitando o acompanhamento das transações de abastecimento pelo(s) fiscal(is) do(s) Contrato(s) e aquisição do objeto em tempo real, emitindo-se, a cada operação e por geração automática eletrônica, comprovante de abastecimento no qual deverá constar:

- identificação do cliente (nome e identidade do motorista);
- data e hora do abastecimento;
- litragem abastecida e o respectivo valor total;
- placa do veículo;
- quilometragem registrada em seu hodômetro;
- média de consumo por abastecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Conferir o documento de cobrança com as requisições de abastecimento.

11.2 Pagar a Contratada o prazo estabelecido.

11.3 O Condutor do veículo da Prefeitura Municipal de Camaragibe deverá se identificar junto à unidade de abastecimento da licitante vencedora com apresentação de documento oficial (Carteira Funcional) e “Requisição Padrão” devidamente autorizada por escrito pela autoridade competente do Poder Executivo.

11.3.1 Caso haja recusa de identificação por parte do condutor, a CONTRATADA não poderá abastecer o veículo.

11.4 O Fiscal do contrato, citado no subitem 4.9, será responsável pela conferência de toda documentação e controle de consumo e dar os devidos encaminhamentos para o processamento e pagamento na Nota Fiscal/Fatura.

11.5 Manter atualizada a relação de veículos a serem abastecidos, encaminhando à CONTRATADA nova listagem, sempre que houver alteração.

11.6 Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários à contratada.

11.7 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

11.8 Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição.

11.9 Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

11.10 Serão considerados para efeito de pagamento as compras efetivamente realizadas pela Contratada e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

12.1 É reservado ao CONTRATANTE, sem restringir a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado, diretamente ou por prepostos designados;

12.2 Durante a vigência do contrato firmado, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por Servidor da Diretoria de Transportes, devidamente designado para esse fim;

12.2.1 Durante a vigência do presente, como fiscal administrativo suplente, acompanhará e fiscalizará a execução do seu objeto, o servidor Dário Valfrido da Silva, matrícula: 4.0102654.5, devendo atuar sempre nos impedimentos legais e eventuais do titular;

12.3 O servidor designado será responsabilizado por quaisquer atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas funções em desacordo com a Lei 8.666/1993 ou aos termos e Cláusulas do presente Contrato, sujeitando-se às sanções previstas na referida Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e criminal que por culpa ou dolo tenha dado causa;

12.4 Designa-se como gestora deste contrato, a DIRETORIA DE TRANSPORTES, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, nos termos do art. 13 da Orientação Técnica CGM nº 3/2019;

12.5 As atribuições dos fiscais estão definidas pela Orientação Técnica CGM nº 3/2019, devendo os servidores designados atentarem especialmente para os arts. 12; 13, §§ 2º e 3º; 16; 25; 26 e 29 a 35 do mencionado dispositivo normativo;

12.6 O servidor designado deverá tomar ciência de sua incumbência de fiscalização e acompanhamento contratual mediante Termo específico, no qual informará sua anuência com sua responsabilização administrativa, civil e criminal no caso das infrações mencionadas no Parágrafo anterior;

12.7 O servidor designado deverá anotar em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa da licitante vencedora em saná-las no prazo de no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas ao CONTRATADO serão as seguintes:

13.1.1 advertência;

13.1.2 multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

13.1.3 suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.1.4 declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

13.2 Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo contratado, subtraído o que foi executado;

13.3 Não havendo mais interesse da CONTRATANTE na execução do contrato, em razão do descumprimento pelo contratado de qualquer das condições estabelecidas para a prestação dos serviços objeto deste certame, implicará multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo contratado;

13.4 O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93;

13.5 As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula;

13.6 Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério;

13.7 O não atendimento à convocação para a assinatura do contrato, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida ou, no caso de não-regularização por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte da documentação prevista no edital, no prazo nele fixado, acarretará multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo registrado no contrato, sem prejuízo de outras cominações legais;

13.8 A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;

13.9 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei;

13.10 O descumprimento das regras para comercialização de combustíveis em recipientes sujeitará a CONTRATADA às penalidades constantes na Lei nº 9.847/1999 e no Decreto nº 2.953/1999.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, dentro do limite previsto no Artigo 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 A inexecução total ou parcial do objeto da licitação ensejará a rescisão do contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

Parágrafo terceiro - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA

16.1 Integram o presente instrumento, o Edital do Processo Administrativo nº 28/2022, Processo Licitatório nº 24 /2022, tombado sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 03/2022, com seus anexos, e a proposta da CONTRATADA, adjudicada e homologada pelo CONTRATANTE.

§ 1º - A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, (todas as condições de habilitação exigidas no Edital ou a regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, INSS e FGTS).

§ 2º - Este contrato regula-se pelas suas cláusulas, pelas Leis Federais 8.666/93, 10.520/02, 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONTAGEM DOS PRAZOS

17.1 Nos termos do artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/93, na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – COMUNICAÇÕES, PUBLICIDADE DOS ATOS E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

18.1 Todas as comunicações do CONTRATANTE à CONTRATADA, ou vice-versa, serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos, convenientemente numeradas, em duas vias, uma das quais ficará em poder do emitente depois de visada pelo destinatário.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICIDADE DOS ATOS

19.1 Conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, os extratos do presente contrato e de eventuais aditivos serão publicados no **Diário Oficial**, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

19.2 Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/1993, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – TERMO ADITIVO

20.1 Qualquer medida que implique em alteração dos direitos/obrigações aqui pactuadas só poderá ser adotada mediante autorização por escrito das partes, e será obrigatoriamente ratificada através de Termo Aditivo ao Contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, com base na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

22.1 Nos termos do artigo 55, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato é o da Justiça Estadual, Comarca de Camaragibe, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Camaragibe, em 11 de novembro de 2022

KÁTIA ROSÂNGELA M. O. DE MARSOL

Secretária de Defesa Civil

CONTRATANTE

ALEXANDRE BEZERRA MENEZES

J L COMBUSTIVEIS E DERIVADOS EIRELI, CNPJ Nº
30.732.921/0001-00

CONTRATADA

ANEXO A

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE (L)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
2	Gasolina Comum (COTA RESERVADA 20%)	DEFESA CIVIL	8.640	R\$ 4,90	R\$ 42.336,00
			Quantidade: 8.640 L		Valor Total: R\$ 42.336,00
4	Diesel (COTA RESERVADA 20%)	DEFESA CIVIL	19.080	6,74	R\$ 128.599,20
			Quantidade: 19.080 L		Valor Total: R\$ 128.599,20

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 08/2022
SECRETARIA DE DEFESA CIVIL- 21/11/2022

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 08/2022

REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº028/2022, PROCESSO LICITATÓRIO Nº024/2022, PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2022, Contrato n.º 175/2022.

A SECRETARIA DE DEFESA CIVIL MUNICIPAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.260.663/0001-57 , com sede na Avenida Dr. Belmino Correia, nº3038 – Timbi – Cep nº54.768-000, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Ordenadora de Despesa, a Srª. Kátia Rosângela M. O. de Marsol, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Determinar o fornecimento pela Contratada J L COMBUSTIVEIS E DERIVADOS EIRELI CNPJ Nº.30.732.921/0001-00, dos seguintes bens:

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTD MENSAL	QTD TOTAL	DESCONTO (%)	PREÇO MÉDIO UNIT. (PERÍODO		EXTENSO
						16/10/2022	A 22/10/2022)	
2	GASOLINA COMUM (COTA RESERVADA 20%)	L	720	8.640	2,7	R\$ 4,90	QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS	
4	DIESEL (COTA RESERVADA 20%)	L	1.590	19.080	4	R\$ 6,74	SEIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS	

*** VALORES SEM A APLICAÇÃO DO DESCONTO**

PRAZO DE ENTREGA: 3 DIAS

LOCAL DE ENTREGA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE, Av. Belmino Correia, 3038, Timbi, Camaragibe – PE, CEP: 54768-000

CONTATO: (81) 9.9945-1725 (WhatsApp) – Dário

VALOR TOTAL DA ORDEM DE FORNECIMENTO: R\$ 170.935,20 (cento e setenta mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).

Camaragibe, 11 de novembro de 2022.

SECRETÁRIA DE DEFESA CIVIL

CONTRATANTE

ORDENADORA DE DESPESA

Publicado por: Arthur Henrique Borba
Código Identificador: 211122032155

**PORTARIA Nº 196 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022
SECRETARIA DE SAÚDE- 21/11/2022**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

PORTARIA Nº 196 de 18 de NOVEMBRO de 2022

– DESIGNAÇÃO DE FISCAL ADMINISTRATIVO

E INDICAÇÃO DOS GESTORES DO CONTRATO –

O(A) Secretário(a) de Saúde Sr. ANTONIO FERNANDO AMATO BOTELHO DOS SANTOS, nomeado pela Portaria nº 789, de 02 de Outubro de 2020, no uso de suas atribuições e de acordo com o previsto no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, resolve:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) Gestora do Contrato a **SRA. ANA PEREZ P. M. LYRA**, CPF/MF nº 922.975.104-97, matrícula nº 4.0065787.6, o(a) servidor(a) **Sra. ROBERTA GOMES MENEZES DE LIMA**, matrícula nº 4.0102412.2 e CPF nº 773.762.504-68 como Fiscal Administrativo titular do Contrato nº 253/2022, sendo este oriundo do processo administrativo nº 114/2021, celebrado entre o Município de Camaragibe e **O ESPÓLIO DA SRA. MARIA SANTANA DA SILVA REPRESENTADO PELO SR. MATEUS SILVA DE MIRANDA**, inscrito no CPF sob o nº 712.343.644-09.

Parágrafo único. O mencionado Constitui objeto do Contrato de locação de imóvel destinado à instalação da Unidade Básica de Saúde – UBS ALTO SANTO ANTÔNIO, localizada na Rua Deyse Araujo, nº 22, Casa, Timbi, CEP 54750-000, Camaragibe-PE

Art. 2º - Designar o(a) servidor(a) **Sra. ANA SIBELE DE CARVALHO**, matrícula nº 4.0102816.2 e CPF nº 019.823.394-97, como Fiscal Administrativo suplente do contrato descrito no artigo anterior, devendo atuar sempre nos impedimentos legais e eventuais do titular, nos termos do art. 10, da Orientação Técnica CGM nº 003/2019.

Art. 3º - Designar, como gestores do mencionado contrato, os Departamentos de Contratos e Convênios das Secretarias de Administração e de Finanças, nos termos do art. 13, da Orientação Técnica CGM nº 003/2019.

Art. 4º - As atribuições dos fiscais administrativos estão definidas pela Orientação Técnica CGM nº 003/2019, devendo os citados servidores atentarem especialmente para os arts. 12; 13, §§2º e 3º; 16; 25; 26 e 29 a 35, do mencionado dispositivo normativo.

Art. 5º - Os servidores mencionados nos artigos anteriores deverão ser formalmente notificados das funções que ora se lhes atribuem, utilizando-se, para tanto, de memorando instruído com cópias da publicação desta Portaria e da Orientação Técnica CGM nº 003/2019.

Parágrafo único. Recebendo o memorando, os servidores poderão arguir justo motivo que os impeçam de exercer a função de fiscal, a exemplo da falta de qualificação necessária ou, ainda, das hipóteses de impedimento e suspeição delineadas pelos arts. 22 e 23, da Orientação Técnica CGM nº 003/2019.

Art. 6º - Esta Portaria RETROAGE SEUS EFEITOS AO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2022, e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Camaragibe, 21 de novembro de 2022.

Antonio Amato

Secretário de Saúde

Publicado por: Arthur Henrique Borba
Código Identificador: 211122032252

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/2022, FIRMADO EM 21 DE NOVEMBRO DE 2022
SECRETARIA DE SAÚDE- 21/11/2022**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/2022, FIRMADO EM 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação art. 24, X da Lei nº 8.666/1993

Base Legal: Lei nº 8.666/93

Processo de Licitação Nº 005/2022

Contratantes:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMARAGIBE

ESPÓLIO DA SRA. MARIA SANTANA DA SILVA REPRESENTADO PELO SR. MATEUS SILVA DE MIRANDA

Objeto:

Constitui objeto do presente contrato de locação de imóvel destinado à instalação da Unidade Básica de Saúde – UBS ALTO SANTO ANTÔNIO, localizada na Rua Deyse Araujo, nº 22, Casa, Timbi, CEP 54750-000, Camaragibe-PE, por 12 (doze) meses.

Preço Global/Preço Aditado ou Suprimento: R\$ 24.000,00

Prazo: 21/11/2022 a 21/11/2023

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade: 3014.10.301.1015.0297

Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Recurso Financeiro: 051

Publicado por: Arthur Henrique Borba
Código Identificador: 211122033135

**TERMO DE RATIFICAÇÃO
SECRETARIA DE SAÚDE- 21/11/2022**

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 006/2022

Processo Licitatório nº 005/2022

Dispensa de Licitação nº 003/2022

O Secretário de Saúde do Município de Camaragibe, no uso de suas atribuições legais e na qualidade de ordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde, reconhece e **RATIFICA** o presente Processo Administrativo relativo à Dispensa de Licitação para locação de imóvel destinado à instalação do Constitui objeto do presente contrato de locação de imóvel destinado à instalação da – UBS ALTO SANTO ANTÔNIO, localizada na Rua Deyse Araujo, nº 22, Casa, Timbi, CEP 54750-000, Camaragibe-PE.

As recomendações contidas no Parecer da Procuradoria Geral do Município foram atendidas em sua plenitude, Parecer nº 13/2022.

A presente Dispensa de Licitação importará no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, em favor do **ESPÓLIO DA SRA. MARIA SANTANA DA SILVA, REPRESENTADO PELO SR. MATEUS SILVA DE MIRANDA**, inscrito no CPF sob o nº 712.343.644-09, RG nº 10171264 SDS / PE, residente e domiciliado na Rua Deyse Araujo, nº 22, Casa, Timbi, CEP 54750-000, Camaragibe-PE, escolhida em virtude de ter sido única/mais vantajosa proposta de preços apresentada, e em conformidade com preço praticado pelo mercado segundo parâmetro do parecer técnico da Comissão de Avaliação, mesmo após

a publicação do edital de chamamento publico para executar o objeto desta Dispensa nos prazos e quantitativos estabelecidos neste processo, considerando que a metodologia para calcular o preço do Mercado está descrito na norma da ABNT – NBT nº 14653-1.

Camaragibe, 17 de novembro de 2022.

ANTONIO AMATO

Secretário de Saúde

Publicado por: Arthur Henrique Borba
Código Identificador: 211122033316

PORTARIA Nº 048/2022
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA- 21/11/2022

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
PORTARIA Nº 048/2022

O Secretário Municipal de Segurança Pública de Camaragibe, no uso das atribuições, que lhe confere o § 1º do Art. 8º da Lei nº 821, de 29 de maio de 2020, o inciso IX do artigo 3º da Lei Municipal nº 736/2017, combinada com o artigo 64, incisos V e VII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Designar para compor o efetivo da **Brigada Escolar Comunitária** o Guarda Municipal abaixo relacionado:

Nº Cargo	MAT.	Nome
01 Brigadista	BGESC 000370.1	Maria Odete B. Rodrigues

Art. 2º Atribuir aos Servidores Efetivos da Brigada Escola Comunitária da Guarda Civil Municipal de Camaragibe, acima relacionados, a contar de 01 de novembro de 2022, a Gratificação de Função Operacional prevista no **Inciso III** do Art. 9º da Lei nº 821, de 29 de maio de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Camaragibe, 11 de novembro de 2022.

Marcílio Rossini da Silva
Secretário Municipal de Segurança Pública

Publicado por: Arthur Henrique Borba
Código Identificador: 211122020609